



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PICOS - PI

Verônica da Silva Rocha (1); Deusilande Muniz Deusará Luz(2); Luciana Marçal Ferreira Fernandes(3) Paulo Adriano Schwingel (4)

Secretaria Municipal de Educação, Picos/PI, rocha.veronica@hotmail.com; Mestranda da Universidade de Pernambuco - UPE – Campus Petrolina, lannde@hotmail.com; Docente da SEDUC, Picos, PI.lucianamarcal2004@yahoo.com.br; Docente do PPGFPPI, UPE, Petrolina, PE. paulo.schwingel@upe.br

RESUMO O presente trabalho é resultante de uma pesquisa realizada em quatro escolas da rede municipal de Picos-PI, tendo como objetivo investigar como ocorre a inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência auditiva em escolas da rede pública de ensino do município de Picos-PI, identificando as ações desenvolvidas nessas unidades de ensino para efetivação da educação inclusiva. O processo metodológico adotado constituiu-se na realização de entrevistas, tendo por base um roteiro de perguntas abertas aos professores das referidas unidades de ensino. Buscamos uma fundamentação teórica em diversos autores renomados em pesquisa sobre o tema. Os resultados obtidos demonstraram que as escolas pesquisadas possuem uma estrutura acessível, a maioria dos professores com graduação e especialização para atender a essa demanda. Contudo, ainda existem pontos a serem melhorados como a ampliação da sala de recurso multifuncional. Apesar das limitações, diante do quadro atual da maioria das escolas públicas brasileiras é de se ressaltar o avanço que as escolas da rede municipal de Picos vêm obtendo em níveis de inclusão das pessoas com deficiência, e por conseguinte da deficiência auditiva.

Palavra-chave: Educação Inclusiva. Deficiência auditiva. Atendimento Educacional Especializado. Educação especial.



1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva se apresenta como um processo que visa ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular independente de quaisquer fatores. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas no âmbito escolar de modo que estas respondam à diversidade de alunos.

Deste modo, no que se refere à inclusão, a educação especial traduz-se no ato de incluir pessoas com deficiência na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, entre outros, bem como em atividades comunitárias e domésticas no sentido de incluir todos os indivíduos educacional e socialmente. Este novo paradigma de pensamento e ação visa combater conceitos estereotipados, preconceitos, contribuindo para o equilíbrio do processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência física, pois somente com mecanismos de compensação das limitações apresentadas por esses indivíduos, a escola poderá fortalecer atitudes de superação dos sentimentos de inferioridade. Devendo as mesmas serem implementadas com métodos e procedimentos especiais, que tornem possíveis a operacionalização de tais mecanismos.

Porém, por mais que as políticas estejam já definidas, muitas questões de desafios ainda estão para ser discutidos, muitas propostas, principalmente no espaço escolar, precisam ser revistas e algumas tomadas de posição e bases epistemológicas precisam ficar mais claras, para que, realmente, as práticas de ensino e aprendizagem na escola comum pública e também privada apresentem caminhos constantes e produtivos para a educação de pessoas com deficiência auditiva.

Diante disso, o trabalho questiona como ocorre a inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência auditiva em escolas da rede pública de ensino municipal de Picos-PI. Por isso, intenciona promover a discussão em torno da temática, visando conhecer seus limites, o motivo pelo qual esse acesso ainda é restrito, partindo da perspectiva de que o impasse pode encontrar-se na omissão do Estado em relação aos mecanismos mínimos de aperfeiçoamento do fazer profissional, e como as escolas da rede municipal da referida cidade está promovendo a inclusão escolar da pessoa com deficiência no ensino regular.

Sabe-se que a aquisição da língua de sinais, de fato, não é garantia de uma aprendizagem significativa. Uma vez que se o ambiente em que a pessoa com surdez está inserida, não lhe ofereça condições para que se estabeleçam mediações simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

representativa dessas pessoas, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da produção de sentidos.

É visto que o fracasso do processo educativo das pessoas com deficiência auditiva é um problema da qualidade das práticas pedagógicas e não um problema somente focado nessa ou naquela língua, ou mesmo numa diferença cultural, envolvendo outra cultura, uma comunidade com identidades surdas próprias.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo principal de investigar como ocorre a inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência auditiva em escolas da rede pública de ensino do município de Picos-PI. Identificando as ações desenvolvidas nessas unidades de ensino para efetivação da educação inclusiva, descrevendo sobre o processo de qualificação dos professores para atender alunos com deficiência em especial a auditiva; verificando conhecer os equipamentos educativos especiais adequados a inclusão educacional de pessoas com deficiência auditiva. Além de identificar se a escola pesquisada vem promovendo a inclusão desses alunos, no sentido de favorecer aos mesmos, o pleno desenvolvimento da cidadania.

A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana, na busca de perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (International Disability and Development Consortium - IDDC) sobre a educação inclusiva, realizado em março de 1998 em Agra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

Reconhece que todas as crianças podem aprender; reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde; permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças; faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva; é um processo dinâmico que está em evolução constante; não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Isso mostra que o professor necessita cada vez mais estar preparado e disposto para encarar o desafio da Educação e não perder de vista o seu papel como agente ativo no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No Brasil, em 2003 foi iniciado pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que tem como objetivo geral garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público, bem como disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros (OLIVEIRA, (2003, p. 32).

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade disponibiliza equipamentos, mobiliário e material pedagógico para que sejam implantadas salas de recursos para viabilização do atendimento nos municípios-pólo, apoiando o processo de inclusão educacional na rede pública de ensino (MAZZOTA, (2005, p. 41).

Numa visão e reconstrução histórica, as pessoas com surdez vêm vivendo momentos diferenciados na sociedade moderna contemporânea. Com base nos paradigmas inclusivos, nos quais olhar para as diferenças humanas de todos os seres humanos dá-se a priori, as pessoas com surdez lutam pelo reconhecimento de sua língua natural: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). E nessa perspectiva, muitas ações, sob a égide legal e de legitimidade, vêm se tornando efetivas, evidenciando-se uma fase produtiva de pesquisas e estudos, na área linguística e pedagógica, com objetivo de construir um lócus teórico de compreensão dessa língua e de seus usuários (PIERRUCCI, (2009, p. 12).

As línguas de sinais são línguas naturais e complexas, que se utilizam de um canal visual-especial, de articulação das mãos, das expressões e do corpo, para estabelecer sua estrutura, nas dimensões fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. As línguas de sinais são sistemas linguísticos independentes dos sistemas orais, e que se apresentam numa modalidade diferente das línguas orais - auditivas.

O direito de acesso ao aprendizado da língua de sinais desde a tenra idade, no ambiente escolar pela pessoa com surdez, o maior desafio das políticas públicas inclusivas nas escolas brasileiras é a construção desses ambientes propícios ao ensino dessa língua, com as metodologias de ensino adequadas, respeitando os ciclos do desenvolvimento e a naturalidade na sua aquisição. Para oferecer o aprendizado dessa língua de forma significativa, resguardando que seus usuários tenham a apropriação de maneira natural, é importante a presença de profissional com surdez, se possível, nesse ambiente.

O atendimento educacional especializado em Libras, constitui um momento didático-pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O atendimento inicia-se com a avaliação do aluno e ocorre de acordo com a necessidade. Esse trabalho é realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente, por profissionais com surdez), de acordo com



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estágio de desenvolvimento da língua de sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado com base na avaliação do conhecimento que o aluno tem a respeito da língua de sinais (BRASIL, 1997, p. 18).

Assim, o atendimento educacional para a pessoa com deficiência auditiva, na perspectiva inclusiva, nas escolas estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades desse ser humano, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. As diferenças desses alunos serão respeitadas, considerando a obrigatoriedade dos dispositivos legais, que determinam o direito de uma educação bilíngue, em que Libras e Língua Portuguesa escrita constituam línguas de instrução no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Uma vez que o atendimento escolar para pessoas com deficiência auditiva deve ser visto como construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processem como instrumento de interlocução e de diálogo. Pensamos no atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez, na perspectiva de que tudo se liga a tudo e que o ato de um professor transformar sua prática pedagógica, conectando teoria e prática, a sala de aula comum e o atendimento educacional especializado, numa visão complementar, sustenta-se a base do fazer pedagógico desse atendimento (DAMÁZIO, (2005, p. 21).

Nesse conjunto, segundo Damázio (2005, p. 22) esse aluno é trabalhado a partir da compreensão do ciclo de desenvolvimento e aprendizagem, respeitando os campos pedagógicos e linguísticos das duas línguas no atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez.

Isso mostra que a efetivação do aluno com surdez respeita princípios pedagógicos essenciais, que garantem o acesso às duas línguas para o atendimento do aluno com surdez, mediante uma organização didática e metodológica de fazer aula especializada, sob a autoridade técnica, humana e política do professor como responsável pela mediação entre o conhecimento, o conhecedor e o conhecido num ambiente de aprendizagem processual dialógico, no qual se devem oferecer possibilidades infinitas para que ocorra a problematização, a experimentação, a demonstração e as trocas circunstâncias, promovendo o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e linguístico do aluno com surdez.

A organização didática do atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez é idealizada mediante a formação do professor e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

do diagnóstico inicial do aluno com surdez. Em seguida, o professor elabora o plano atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez. Este plano deve respeitar o ambiente comunicacional das duas línguas e a participação ativa e interativa dos alunos com surdez, assegurando uma aprendizagem efetiva (BRASIL, 1997, p. 21).

De fato, os materiais e os recursos para esse fim precisam estar sempre presentes e expostos no ambiente da sala. As ideias dos conteúdos curriculares em Libras devem ser ministrados antecipadamente ao trabalho da sala de aula comum, garantindo uma melhor associação dos conceitos nas duas línguas. A proposta pedagógica deve possibilitar a ampliação de relação dos alunos com o conhecimento, levando-os a formular suas ideias, a partir do questionamento de pontos de vista e da liberdade de expressão.

Em suma, o atendimento para a aprendizagem de Libras enriquece a aprendizagem dos alunos com surdez; esse atendimento exige uma organização metodológica e didática e especializada; o professor que ministra aulas de Libras deve ser qualificado para realizar o atendimento das exigências básicas do ensino, não praticar bimodalismo, ou seja, misturar a Libras e a Língua Portuguesa, que são duas línguas de estruturas linguística diferentes; o professor com surdez, para o ensino de Libras, oferece aos alunos com surdez melhores possibilidades do que o professor ouvinte, porque o contato com crianças e jovens surdos com adultos surdos favorece a naturalidade no processo de aquisição da língua.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2016 no município de Picos - PI, que está localizado geograficamente na região sudeste Piauiense. Com uma área total de 535,000 km a 307 km da capital Teresina, sendo sua população estimada em 73.417 habitantes segundo o IBGE 2010.

A coleta dos dados foi feita em quatro (04) escolas da rede pública de ensino do município de Picos-PI, onde foi feita uma visita para a obtenção do termo de aceitação e em seguida realizada a pesquisa.

O presente estudo é uma pesquisa de campo de caráter qualitativo exploratório que se desenvolveu mediante a preocupação com os atuais acontecimentos no campo educacional relativos ao processo de inclusão. Segundo Minayo (2004) esse tipo de pesquisa se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um comportamento partindo da realidade presente no campo.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O público alvo desta pesquisa foram os quatro (04) professores da sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE e quatro (04) professores que trabalham com alunos inclusos em suas salas regulares das instituições do município delimitado. Cada sujeito participou de forma consciente, após conhecer os objetivos da pesquisa e obter seu consentimento.

Foram adotados como sujeitos desta pesquisa os educadores das quatro unidades de ensino, onde os quais foram abordados através de conversas informais e observações em sala de aula, bem como questionário aberto dirigido à temática. Também foi realizado um diagnóstico situacional a partir de observação do espaço institucional estudado.

Os instrumentos utilizados para a realização desta pesquisa foram observações *in loco*, bem como o levantamento de dados através de aplicação de questionários com questões abertas.

Com todos os questionários respondidos encerra-se a coleta de dados, dando segmento para a fase da análise dos mesmos. Esta fase tem a finalidade de compreender todos os dados coletados, organizando e descrevendo-os confirmando ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado (MINAYO, (2004).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Na pesquisa realizada constatou-se que a rede municipal de ensino conta com 9.500 alunos matriculados nas setenta (70) escolas distribuídas na zona rural e urbana do município. Sendo que em todas as escolas existe alunos com algum tipo de deficiência e dessas escolas, 04 (quatro) possui salas de Atendimento educacional Especializado-AEE e/ou salas de recursos. A pesquisa foi realizada nestas escolas.

Esses alunos apresentam todos os tipos de deficiência, entre as quais, destaca-se: deficiência visual, deficiência intelectual, deficiências múltiplas, autismo, hiperatividade e discaulia entre outras.

Os professores pesquisados encaram a educação especial como um processo otimista como se observa na fala da professora “A” “estamos engatinhando, mas já conseguimos muito”. Logo tem que haver uma maior contribuição e dedicação dos professores do ensino regular. A docente “B” afirma que a participação da sociedade e da família no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva é muito



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

importante para o desenvolvimento intelectual destes, o que facilitará ainda mais sua convivência na sociedade.

Pode-se dizer que as escolas da rede municipal de ensino aos poucos estão se adaptando para receber os alunos com deficiência. De acordo com os entrevistados, o modo de aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, acontece priorizando entendimento da identidade surda e o desenvolvimento de estudos surdos para compreender a posição social e as relações estabelecidas socialmente e psicologicamente por esses indivíduos.

Por isso, anterior ao planejamento das aulas é realizada pesquisa, ou seja, a busca do entendimento de como são os sujeitos surdos, como agem, quais suas preferências, quais suas dificuldades, como se firmam socialmente, como se constituem as comunidades surdas. Bem como é imprescindível compreender e respeitar o indivíduo surdo, compreender o perfil dos alunos.

No entanto, é na experiência prática, no contato real, não apenas teórico, que o professor, coordenador pode perceber as potencialidades do aluno surdo, “descobrimo novas estratégias, novos métodos que sejam significativos para o grupo de alunos” (PIERRUCI, 2009, p. 31).

As aulas ministradas nas quatro (04) escolas pesquisadas pautam-se pela exploração de elementos visuais, todos os textos materializados nos gêneros textuais selecionados (avisos, anúncios publicitários, sinopses de filme, tiras, charges, entre outros) continham imagens, figuras que dialogavam e complementavam o texto. Certamente, essa escolha permitiu uma compreensão mais adequada do texto. Constantemente, segundo os professores, os alunos fazem questionamentos sobre as situações apresentadas nas leituras, mostrando entenderem as relações entre imagem e texto.

Conforme entrevista com os professores da sala regular não tinham conhecimento de Libras, como exceção das professoras da Sala de Recursos, que tinha um conhecimento intermediário da língua como também uma intérprete. Portanto, a maior parte das explicações, explicações e os encaminhamentos feitos pelos professores das salas regulares ocorrem, além de expressões faciais e gestuais, contando com a leitura labial dos alunos.

Pode-se acrescentar aqui a disposição, a motivação e o interesse dos alunos surdos é primordial para o bom resultado das aulas. Os alunos surdos são muito solícitos e dispostos a ajudar os colegas e os professores, compreendendo as dificuldades de reger aulas em que a comunicação e interação são feitas inteiramente pelo gestual e pela leitura labial. Quando se percebiam lacunas na compreensão, tanto por parte do aluno, como por parte dos professores, recorria-se à escrita.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As escolas pesquisadas possuem banheiros e rampas para cadeirante de modo a facilitar a locomoção dos mesmos. As escolas possuem sala de recursos e material pedagógico de qualidade. Dos professores de sala de AEE que assistem os discentes com deficiência, apenas 50% são graduadas em Pedagogia e Especializadas em Educação Especial com Habilitação em Libras, às outras 50% são especialistas em Educação Especial. Mas estão sempre procurando estar atentos às dificuldades apresentadas pelos alunos, contatando a família para desenvolver melhor seu trabalho como educadoras e procurando se qualificar cada vez mais para adquirir mais conhecimento na área e consequentemente desenvolver seu trabalho com eficiência. Já os professores da sala regular não têm nenhum conhecimento de Libras.

Assim sendo, os professores das salas de AEE afirmaram que estão atendendo os alunos com deficiência auditiva no processo de inclusão e estão capacitadas para atuar com essa clientela, uma vez que precisam de técnicas e mecanismos para desenvolver suas habilidades. Já os professores de sala regular, apenas 50% dos entrevistados afirmaram que estão habilitados a trabalhar com a deficiência apresentadas pelos alunos.

De acordo com a professora “D”, especialista em Libras, nem sempre se seguem a ordem dos livros didáticos, mas iniciam-se os trabalhos pelo alfabeto, em seguida pelos numerais, depois aprendem seus nomes, da família, características físicas, tudo sempre relacionado com o dia-a-dia dos alunos para que seja mais fácil a absorção dos conteúdos. Alternam-se as atividades da sala regular com a sala de recurso multifuncional.

Com relação à existência de materiais apropriados à prática pedagógica, identificou-se que, após quatro anos de atendimento na escola aos alunos com deficiência visual, o material necessário está disponível na sala de recursos multifuncionais ou de AEE.

Em 75% das escolas pesquisadas, os recursos didáticos adaptados são construídos pelos professores regulares sob a orientação da coordenação pedagógica da escola e da Professora de AEE para serem utilizados em sala de aula pelos alunos com deficiência visual, cegos ou com baixa visão, sempre levando em consideração os critérios essenciais para sua deficiência e funcionalidade. Tais critérios referem-se, principalmente, ao desenvolvimento da percepção tátil e a relevância inerente à adaptação e adequação dos recursos aos alunos com deficiência visual.

De acordo com o relato do professor “E”, docente capacitado para atender os alunos com deficiência auditiva, o recurso mais utilizado para trabalhar com estes alunos é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, os conteúdos abordados na



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sala regular, são repassados na sala de recurso multifuncional por meio da utilização de LIBRAS.

Com relação aos tipos de modalidades desenvolvidas nas salas de AEE, identificou-se que são desempenhadas nas quatro escolas pesquisadas, orientações de mobilidade e atividades da vida diária, sendo que estas são expressas através de Libras, Braille, gravuras em alto relevo, com a utilização de texturas, entre outras formas.

Isso mostra conforme Oliveira (2003, p. 32), a partir da educação percebe-se a abertura de caminhos para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, podendo estes ter oportunidades iguais, e uma autonomia maior para se relacionarem com a sociedade em que estão inseridos.

Diante disso, é certo dizer que as escolas pesquisadas adotam uma metodologia de trabalho, onde o acompanhamento feito aos alunos surdos constitui-se, um dos momentos didáticos pedagógicos realizados em favor do desenvolvimento e da aprendizagem, integrando a proposta pedagógica da escola articulando à participação de toda comunidade escolar, da família e demais políticas públicas, enfatizando que a concepção de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva busca superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência.

A partir da pesquisa realizada percebe-se a abertura de caminhos para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, podendo estes ter oportunidades iguais, e uma autonomia maior para se relacionarem com a sociedade em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto no trabalho, pôde-se constatar que os resultados obtidos por meio desta pesquisa são questionáveis, uma vez que tem-se consciência que a educação já avançou que houve conquistas em relação ao tratamento oferecido aos deficientes auditivos, não reduzindo estes, ao chamado surdo-mudo, com uma identidade e uma cultura surda, porém as escolas pesquisadas, ainda encontram muitos desafios no cotidiano para concretizar o processo ensino/aprendizagem.

Deste público alvo, por falta de incentivos e parcerias que repense as formas de conceber a escola e suas práticas pedagógicas, que contemple o desempenho dos respectivos alunos no desenvolver das atividades propostas, no intuito de trabalhar a dificuldade específica do mesmo, facilitando à aprendizagem e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

atuação, garantindo o acesso e permanência desses à educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação deles nas classes comuns da rede regular de ensino por meio de temas transversais e sua contextualização, desafiando as limitações e aprimorando as potencialidades.

Neste texto, esta pesquisa teve o propósito de demonstrar a possibilidade de as pessoas com surdez estudarem na escola comum numa perspectiva inclusiva, com o atendimento educacional especializado oferecido como complementar a classe comum, visando ao pleno desenvolvimento e aprendizagem por meio de Libras e da Língua Portuguesa escrita.

Portanto, a inclusão do aluno com surdez em uma escola comum deve contar de forma sistemática com o atendimento educacional especializado para pessoa com surdez nos três momentos didático-pedagógicos, se necessário, conforme diagnóstico do aluno, ressaltando que o atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez adota a abordagem de bilíngue, de acordo com preceitos legais, no qual a Libras e a Língua Portuguesa, são línguas de instrução e comunicação; embora a Língua de Sinais seja condição necessária para a escolarização das pessoas com surdez, não é suficiente, por si só, para resolver todos os problemas escolares desses alunos, assim como não é suficiente para que eles deem prosseguimento aos seus estudos em todos os níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto 3.298, **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, Diário Oficial da União, 21 de Dezembro de 1999.

BRASIL, **Decreto 3.956** de 8 de outubro de 2001, Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 2001

BRASIL, **Decreto 5.296** de 2 de dezembro de 2004 Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL, Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**.

BRASIL, Lei 4.169 de 4 de dezembro de 1962. **Oficializa as convenções Braille** para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL, **Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento** (International Disability and Development Consortium - IDDC) 1998. Disponível em: <http://www.espam.edu.br/index.php?menu=espam&materia=3627> Acessado em 10 mai 2016.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil 1937** disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm acessado em 10 out de 2015.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Decreto n 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei 7.853, e 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo Escolar 2005. Brasília: Ministério da Educação, 1998

BUENO, J. G. S. **Diversidade, deficiência e educação**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. Nº 12, julho-dezembro, 1999, p. 3-12. _____. Educação inclusiva e escolarização dos surdes. Revista Integração. Brasília: MEC. Nº 23, Ano 13, 2001, p. 37-42.

BRASIL, Ministério da Educação. **Língua Brasileira de Sinais**. V.III. – (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4). In: LUCINDA, F. B. et. Al (Org.). Brasília: MEC/SEESP, 1997.

DAMÁZIO, M. F. M. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 117.

_____. M. F. M. **Educação Escolar inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos**. In: II Seminário Educação inclusiva: Direito á Diversidade, 2005, Brasília. Anais... Brasília: MEC, SEESP, 2005, p. 108 – 121.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, V. M. de,. Programa Educação Inclusiva 2003. **Direito a Diversidade: Um Passeio Pelas Políticas Públicas Para a Educação Especial** 2003. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SGG0f8RCEuQJ:www.fic.br/geppes/trabalhos/MarlaVieiraMoreiradeOliveira.doc+PROGRAMA+EDUCA%C3%87%C3%83O+I NCLUSIVA+2003&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 09 jun 2016.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 2009.